Submetido em si.AUGI (http://siaugi.dgterritorio.gov.pt)

Início > AUGI > AUGI Lisboa e Vale do Tejo > Resultados Webform > AUGI Lisboa e Vale do Tejo

Informação sobre o envio -

Formulário: AUGI Lisboa e Vale do Tejo [1]

Enviado por Tânia Ribeiro Russo [2]

18/02/2019 88.157.203.197

A. Informação fornecida pela Câmara Municipal

- 1.	Identificad	cão e	delimitad	ão da	AUGI	em	reconversão	
------	-------------	-------	-----------	-------	------	----	-------------	--

Α

1.1 Designação

Sete Quintas (AUGI II)

1.2 Município

ODIVELAS

1.3 Freguesia

União de Freguesias de Ramada e Caneças

1.4 Área da AUGI

4,51 ha

1.5 Área do processo de reconversão

4,51 ha

1.6 Anexada a delimitação cartográfica

SeteQuintasII.zip [3]

C

1.7 Data da Delimitação pela CM

06/03/1996

- 1.8 Data do pedido de alteração de delimitação
- 1.9 Data da aprovação da alteração da delimitação

Página 2

- 2. Tipo de AUGI delimitada -

− A. Tipificação da AUGI de acordo com os n.º 2 e 3 do artigo 1.º da Lei das AUGI -

Tipo de AUGI

2.1 AUGI resultante de prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 400/84, de 31 de dezembro

B. Se no quadro 2-A foi selecionado o campo 2.01, indicar o caso aplicável à data da delimitação da AUGI

Área da AUGI totalmente classificada como espaço urbano ou urbanizável, nos respetivos planos territoriais (à data da delimitação da AUGI) 2.4 Área da AUGI estava parcialmente classificada como urbana ou urbanizável (à data da delimitação da AUGI), nos termos do artigo 5º.
C. Se no quadro 2.B foi selecionado o campo 2.4
Já se encontra aprovada a alteração do plano territorial para reclassificação do solo rural para urbano? 2.6 Não
D Indicar se a reconversão da AUGI inclui qualquer tipo de transformação fundiária 2.9 Sim
3. PMOT adaptados com fundamento na reconversão da AUGI
- A
Os índices urbanísticos e as tipologias de ocupação da proposta de reconversão são/eram diversos dos definidos pelos planos territoriais em vigor (à data da proposta de reconversão)? 3.2 Não
E. Indicar se a reconversão da AUGI depende de entrada em vigor de PU ou PP abrangendo o conjunto da AUGI 3.11 A AUGI depende da entrada em vigor de PU ou PP

4. Servidões administrativa, restrições de utilidade pública e riscos

A área da AUGI era abrangida por SRUP à data da delimitação? 4.2 Não

· D

A área da AUGI era/é abrangida por áreas de risco?

4.15 Não

A reconversão da AUGI esteve/está dependente da resolução de problemas específicos respeitante a prevenção de riscos 4.21 Não

4.22 Descrever, clara e sucintamente, as situações relacionadas com os riscos identificados em 4.16 ou 4.18 que atualmente ainda impedem a reconversão da AUGI

Página 3

5. Modalidade de reconversão urbanística —

Α

Instrumento ou modalidade de reconversão

5.1 Operação de Loteamento da iniciativa dos proprietários ou comproprietários

Indicar se a modalidade de reconversão fixada inicialmente pela Câmara Municipal foi alterada nos termos do artigo 35.º 5.6 Não

— В

Licenciamento da operação de loteamento

5.10 Deferido

5.11 Data da deliberação de deferimento

24/07/2002

5.12 N.º do Alvará

10/2002

5.13 Data do Alvará

31/10/2002

Página 4

─ 6. Quantificação da AUGI original e do projeto de reconversão -

A — Quanti	ificação de frações de terreno da AUGI origi	nal e dos lotes da r	econversão e área dos me	smos
-	Quantificação de frações de terreno da AUGI original e dos lotes da reconversão e área dos mesmos	I. Previstos na AUGI original	II. Levantamento da situação existente	III. Previstos na proposta de reconversão
6.01	N.º total frações de terreno/lotes		82	103
6.02	N.º de frações de terreno/lotes destinadas a habitação		74	95
6.03	N.º de frações de terreno/lotes destinadas a equipamento		0	4

-	Quantificação de frações de terreno da AUGI original e dos lotes da reconversão e área dos mesmos	I. Previstos na AUGI original	II. Levantamento da situação existente	III. Previstos na proposta de reconversão
6.04	N.º de frações de terreno/lotes destinadas a espaços verdes		0	2
6.05	N.º de frações de terreno/lotes destinadas a outros usos para além dos referidos em 6.02, 6.03 e 6.04		2	2
6.06	Área total das frações de terreno/lotes destinadas a habitação [m2]		24485,07	30970,67
6.07	Área total das frações de terreno/lotes destinadas a equipamentos [m2]		0	1798,78
6.08	Área total das frações de terreno/lotes destinadas a espaços verdes [m2]		0	446,02
6.09	Área total das frações de terreno/lotes destinadas a outros usos para além dos referidos em 6.06, 6.07 e 6.08 [m2]		1070,27	1070,27

– B –				
Quan	tificação de edifícios e frações autónomas			
-	Quantificação de edifícios e frações autónomas	I. Previstos na AUGI original	II. Levantamento da situação existente	III. Previstos na proposta de reconversão
6.10	N.º total de fogos habitacionais		130	158
6.11	- Habitação permanente			

-	Quantificação de edifícios e frações autónomas	I. Previstos na AUGI original	II. Levantamento da situação existente	III. Previstos na proposta de reconversão
6.12	- 2.ª Habitação			
6.13	N.º de equipamentos (incluindo os instalados ou a instalar em frações de terreno ou em frações autónomas de edifícios		0	4
6.14	N.º de edifícios destinadas a outros usos para além dos referidos nos campos 6.10 a 6.13		16	22
6.15	N.º de frações autónomas destinadas a outros usos para além dos referidos nos campos 6.10 a 6.13		21	28
6.16	Área total de construção afeta aos usos das frações autónomas referidas no campo 6.15 [m2]		2528,18	3310,36
6.17	Área total de construção (para todos os usos) [m2]		21879,93	27289,39

C. Indicar as datas de: -

6.18 "Planta do loteamento" original da AUGI

6.19 Levantamento da situação existente

11/07/2000

6.20 Estudo de reconversão

15/03/2001

· C

6.21 Tipificar quais os outros usos (se existirem) relacionados com os campos 6.05, 6.09, 6.14 e 6.17 Comércio, Serviços, Indústria e Armazém

F

Quantificar as demolições, tipificando a fundamentação pela qual são impostas pelo projeto de reconversão aprovado (operação de loteamento ou plano de pormenor de reconversão)

-	Quantificar o n.º de frações de terreno/lotes por tipo de demolição	I. Não sujeitos a demolições	II. Demolições motivadas por usos não compatíveis	III. Demolições motivadas por adequação do edificado	IV. Demolições motivadas por adequação do edificado e alteração de uso	V. Demolições motivadas por não haver possibilidade de reconversão
6.22	Demolição total de Edificação principal					
6.23	Demolição total de Anexo			2		
6.24	Demolição total de todas as edificações da fração de terreno/lote					
6.25	Alteração parcial da Edificação principal	8		3		

-	Quantificar o n.º de frações de terreno/lotes por tipo de demolição	I. Não sujeitos a demolições	II. Demolições motivadas por usos não compatíveis	III. Demolições motivadas por adequação do edificado	IV. Demolições motivadas por adequação do edificado e alteração de uso	V. Demolições motivadas por não haver possibilidade de reconversão
6.26	Alteração parcial do Anexo			26		
6.27	Alteração parcial de todas as edificações da parcela de terreno/lote					

- 7. Obras de urbanização ·

– A. Compensações -

Na reconversão houve/haverá lugar à compensação prevista no n.º 4 do artigo 44.º do RJUE?

7.1 Sim

7.3 Montante da compensação

0,00€

7.4 Área total das parcelas a ceder/cedidas

0,65 ha

B. Situação das obras de urbanização à data da delimitação da AUGI -

Situaç	ão das obras de urbanização Indicar a situação de cada um dos tipos de infraestruturas	I. Não existentes	II. Existentes, mas carecendo de reforço	III. Existentes, não carecendo de reforço
7.5	Arruamentos, passeios e estacionamentos		X	
7.6	Distribuição de Água		Χ	
7.7	Saneamento unitário		X	
7.8	Saneamento separativo	Χ		
7.9	Distribuição de energia elétrica			X
7.10	Telecomunicações			X

,	ão atual das obras de urbanização - preencher quando foram pre Indicar a situação para cada um dos tipos de infraestruturas		•	
•	assinaladas nas colunas I e II do quadro 7-B (assinalar com x)	I. Não iniciadas	II. Iniciadas	III. Finalizadas
7.11	Arruamentos, passeios e estacionamentos		X	
7.12	Distribuição de Água			X
7.13	Saneamento unitário			X
7.14	Saneamento separativo			X
7.15	Distribuição de energia elétrica			X
7.16	Telecomunicações			Χ

-D

Receção das obras de urbanização

7.18 Não rececionadas

F

Indique se a Assembleia Municipal aprovou ou não no regulamento valores e condições de pagamento especiais para as taxas decorrentes da operação de reconversão? (Artigo 49.º da Lei das AUGI)
7.22 Sim

Página 5

− 8. Comparticipação nos termos do artigo 56.º da lei das AUGI

Se o Estado e/ou o(s) município(s), mediante contrato de urbanização celebrado com a comissão, tenham comparticipado ou venham a comparticipar nos custos das obras de urbanização (em dinheiro ou em espécie: materiais, máquinas ,etc.), indicar a respetiva percentagem de comparticipação em relação ao montante total das obras de urbanização projetadas.

8.1 Do Estado

0.00 %

8.2 Do(s) município(s)

2,63 %

8.3 Justificação de casos em que tenha existido comparticipação do Estado ou do(s) município(s), mas que não seja possível aferir as percentagens

Extrai-se da Acta n.º 4 da Assembleia de Proprietários que o valor estimado global de encargos das obras de urbanização era de 83.700 contos (417.493,84€). As obras projetadas e por executar à data de emissão do alvará de loteamento, com valor total estimado de 144.515,29€, foram comparticipadas pela Câmara Municipal de Odivelas no âmbito de pedidos de verbas para execução das obras de urbanização no valor de 10.971,56€.

9. Comparticipação devida nos encargos com as infraestruturas

- /

Foi iniciada a comparticipação dos proprietários ou comproprietários nos encargos de infraestruturação? 9.1 Sim

A comparticipação foi iniciada aquando no momento da constituição da Comissão de Administração? 9.4 Não

A comparticipação sofreu alterações durante o processo de reconversão? 9.5 Sim

A comparticipação definida em função de:

9.12 Modelo Misto, com qualquer das opções anteriores

B. Situação do pagamento das quotas de comparticipação nas obras de urbanização por parte dos comproprietários

Liquidação das comparticipações vencidas de acordo com a programação do projeto de reconversão

Página 6

10. Legalização das construções

— A. Indicar o estado da legalização, em percentagem, após a emissão do alvará de loteamento

10.1 Construções legalizadas, com licença de utilização 76,00 %
10.2 Construções legalizadas, com licença de construção 7,00 %
10.3 Construções com processo de legalização em curso 4,00 %
10.4 Construções com processo de legalização pendente há mais de 1 ano 1,00 %
10.5 Construções por legalizar 17,00 %
10.6 Lotes Vagos ? sem construção 17,00 %
- 11. Administração conjunto dos prádios integrados no ALICI
11. Administração conjunta dos prédios integrados na AUGI ————————————————————————————————————
Foi formada Assembleia de proprietários e comproprietários 11.1 Sim
B. Informação sobre a Assembleia de Proprietários ou Comproprietários

11.3 Data da 1.ª Assembleia

27/06/1999

- 11.4 Data da última reunião da Assembleia (até à atualidade)
- 11.5 N.º total de reuniões realizadas até ao momento
- C. Informação sobre a Comissão de Administração
- 11.6 Data da eleição da 1ª Comissão de Administração (ou administrador único) 27/06/1999

A Comissão de Administração (ou administrador único) em exercício é remunerada(o)?

11.9 Data da eleição da Comissão de Administração em exercício

A anterior Comissão de Administração foi destituída nos termos do artigo 16.º da Lei das AUGI 11.11 Não

11.12 Data de cessação da Comissão de Administração, quando aplicável (nos termos do artigo 17.º da Lei das AUGI)

12. Outras Informações

- A. Indicar o número de proprietários/comproprietários de acordo com as seguintes grupos etários

- 12.1 Idade inferior a 25 anos
- 12.2 Idade entre 26 e 65 anos

- 12.3 Idade entre 66 e 80 anos
- 12.4 Idade superior do que 81 anos
- B. Indicar o número de membros da atual Comissão de Administração de acordo com as seguintes grupos etários
- 12.5 Idade inferior a 25 anos
- 12.6 Idade entre 26 e 65 anos
- 12.7 Idade entre 66 e 80 anos
- 12.8 Idade superior do que 81 anos

C

12.9 Ponto de situação, até 30 de junho de 2016, da operação de reconversão da AUGI

A 29/04/2009 foi solicitada a receção provisória das obras de urbanização, tendo-se concluído que se encontravam por executar troços de arruamentos, com respetivos passeios e estacionamentos, bem como a desocupação de parcelas de cedência.

12.10 Resumo da programação do processo de reconversão

Tratando-se de um processo de reconversão de iniciativa particular, não tendo sido entregue calendarização para o mesmo, estimava-se terem sido cumpridos os prazos estabelecidos na Lei. Deverão ser desocupadas as parcelas de cedência, executadas as obras de urbanização em falta e solicitada a receção das mesmas.

12.11 Dificuldades encontradas no processo de reconversão - Resumo (quando aplicável)

Na instrução do processo de reconversão, não se verificaram dificuldades na apresentação dos projetos ou documentos relativos à legitimidade. Após a emissão do alvará de loteamento, não foi cumprido o prazo estabelecido para a execução das obras de urbanização, no que respeita à execução de arruamentos e limpeza de parcelas de cedência, nas situações em que o espaço canal ou as parcelas se encontram murados ou ocupados com edificações.

12.12 Motivos principais do atraso na reconversão da AUGI (atraso em relação à programação) - Resumo (quando aplicável) O atraso na conclusão da reconversão do bairro prende-se com a inércia com que a CAC conduziu a execução das obras de urbanização em falta à data da emissão do alvará de loteamento, pese embora a comparticipação de verbas efetuada pelo Município.

12.13 Principais diferenças (quando existam) em relação a outras AUGI do mesmo município já reconvertidas, que influenciam o relativo atraso na reconversão da presente AUGI:

O projeto de loteamento aprovado dependia em vários casos da demolição parcial de construções que assentavam sobre o domínio público ou parcelas a ceder ao Município, o que influenciou a conclusão das obras de urbanização, dada a postura da CAC da AUGI relativamente à desocupação destas parcelas, que entende não ser da sua competência.

13. Observações

13.1 Resumir situações que influenciaram ou impediram a resposta nos quadros anteriores, fazendo sempre referência ao quadro e campo a que respeitam

- 14. Informações de submissão

Estado

Preenchido por Tânia Ribeiro Russo em 18/02/2019 - 15:48

URL de origem: http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/node/16/submission/393/369/ODIVELAS

Ligações

- [1] http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/node/16
- [2] http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/user/236
- [3] http://siaugi.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/webform/setequintasii_0.zip